

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ITARANA/ES

RELATÓRIO Nº 02/2016

(inc. VII do art. 2°, da Lei Municipal n° 1.048/2013)



Excelentíssimo Senhor Prefeito,

A Unidade Central de Controle Interno – UCCI – deste Poder Executivo, fundamentada no *caput* do art. 169 da Constituição Federal, no *caput* do art. 59 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e, no inc. VII do art. 2°, da Lei Municipal n° 1.048/2013, vem em caráter orientador relatar algumas informações quanto aos gastos e à arrecadação que se encontra em declínio cada vez mais acentuado em relação ao exercício anterior, para que o Sr. tenha cautela em relação a geração de despesas.

Considerando que estamos em ano de final de mandato e temos que nos atentar as instruções passadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e considerando ainda a crise que assola o cenário econômico dos municípios em gerais.

COMPARATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO EXERCÍCIO DE 2015 E DE 2016 ATÉ O MÊS DE MAIO E A PREVISÃO DA MESMA:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				
Mês	2015	2016	Diferença	
Janeiro	2.522.804,00	2.210.758,77	-312.045,23	
Fevereiro	2.085.896,26	2.166.230,27	80.334,01	
Março	2.352.336,28	2.319.047,21	-33.289,07	
Abril	2.210.832,12	2.090.015,54	-120.816,58	
Maio	2.294.213,83	2.364.071,60	69.857,77	
Total	11.466.082,49	11.150.123,39	-315.959,10	
Índice de queda da Receita do período		-2,76%		
Queda da Receita no Período	-315.959,10			

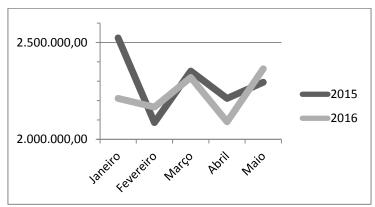


Gráfico: Comparativo da arrecadação corrente líquida.



PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2016				
Descrição	Rec. Corrente	Rec. Capital	Total	
Previsão Orçamentária	31.800.000,00	200.000,00	32.000.000,00	
Receita Arrecadada (até maio/2016)	11.150.123,39	1.497.565,93	12.647.689,32	
Meta de Arrecadação até maio/2016	13.250.000,00	83.333,33	13.333.333,33	
Déficit do período	-2.099.876,61	1.414.232,60	-685.644,01	
Índice déficit orçamentário Receita Corrente		-15,85%		

Conforme demonstramos acima, estamos com uma queda na receita corrente líquida de R\$ 315.959,10 (trezentos e quinze mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dez centavos) considerando o período de janeiro a maio de 2015 em relação ao mesmo período de 2016.

De acordo com a previsão orçamentária estamos com um *déficit* de arrecadação de 15,85% (quinze vírgula oitenta e cinco por cento) o que resulta em R\$ 2.099.876,61 (dois milhões, noventa e nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos), portanto, com base nesses valores e com as baixas perspectivas de melhoras, podemos predizer que não conseguiremos alcançar as metas previstas para o exercício de 2016, cenário que cobra redobrada atenção no domínio das despesas, com o intuito de manter íntegro o equilíbrio entre as receitas e despesas garantindo-se a salubridade da gestão da coisa pública, pois, uma vez que a receita diminui deve-se, também, contrair menos despesas.



GASTO COM PESSOAL

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

GASTO COM PESSOAL			
Mês	2015	2016	Diferença
Janeiro	974.907,61	974.291,84	-615,77
Fevereiro	1.070.862,21	1.103.674,24	32.812,03
Março	1.099.945,02	1.136.887,08	36.942,06
Abril	1.143.975,00	1.177.136,69	33.161,69
Maio	1.398.817,03	1.183.317,52	-215.499,51
Total	5.688.506,87	5.575.307,37	-113.199,50

PERCENTUAL DA FOLHA DE ACORDO COM A RECEITA - 2016			
Mês	RCL (R\$)	FOLHA	PERCENTUAL
Junho de 2015	2.533.692,11	1.157.655,70	45,69
Julho de 2015	2.243.391,77	1.163.213,25	51,85
Agosto de 2015	2.079.306,67	1.162.602,89	55,91
Setembro de 2015	2.460.204,13	1.189.436,07	48,35
Outubro de 2015	2.372.431,70	1.141.540,24	48,12
Novembro de 2015	2.034.569,30	1.123.293,13	55,21
Dezembro de 2015	2.708.725,53	1.675.063,36	61,84
Janeiro de 2016	2.210.758,77	974.291,84	44,07
Fevereiro de 2016	2.166.230,27	1.103.674,24	50,95
Março de 2016	2.319.047,21	1.136.887,08	49,02
Abril de 2016	2.090.015,54	1.177.136,69	56,32
Maio de 2016	2.364.071,60	1.183.317,52	50,05
Total	27.582.444,60	14.188.112,01	
ÍNDICE COM GASTO COM PESSOAL ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES	51,44 %		
LIMITE PRUDENCIAL (51,30%)	14.149.794,08		
GASTO ACIMA DO PRUDENCIAL	38.317,93		



De acordo com os dados acima demonstrados o percentual de gasto com pessoal se encontra acima do limite prudencial, devendo o gestor atentar-se para as vedações impostas pela LRF (LC 101/2000) no parágrafo único do seu art. 22, sendo de máxima importância novamente alertar a Vossa Excelência que a observância dessas proibições bem como das medidas impostas no art. 42 da LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias nº 1.180/2015, não é discricionária:

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, **são vedados** ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

- I concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II criação de cargo, emprego ou função;
- **III -** alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
- **Art. 42.** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na legislação em vigor:
- I eliminação de gratificações e vantagens concedidas a servidores;
- II eliminação das despesas com horas-extras;
- III exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV dispensa de servidores admitidos em caráter temporário.



Porém, verificamos que mesmo após o recebimento da Recomendação nº 01/2016 emitida por esta Unidade Central de Controle Interno em janeiro de 2016, onde o percentual de gasto com pessoal se encontrava acima do limite prudencial referente ao 2º semestre de 2015 e do PARECER DE ALERTA emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo através do Termo de Notificação nº 587/2016 e Processo TC 1414/2016 em abril do ano corrente, também referente ao mesmo período em questão, foi certificado que não houve o cumprimento dessas recomendações, onde averiguamos que continuou sendo autorizada a contratação e o pagamento das horas extras, sendo que é uma das vedações impostas pela LRF e LDO, conforme quadro demonstrado abaixo, cujos dados foram retirados de relatórios emitidos pelo Setor de Recursos Humanos:

3,04 7,76 1,06
1,06
9,01
2,06
,05
39,98
5

TOTAL DE HORAS EXTRAS PAGAS EM 2016 (ATÉ MAIO) = R\$ 84.970,35

PROJEÇÃO DE GASTOS COM A PREVISÃO DA RECEITA (RECURSOS PRÓPRIOS) – MAIO A DEZEMBRO DE 2016

CONTRATOS 2016		
DBV - Sistema do NAC	R\$	31.360,00
Braz P. Posses - Aluguel da Pol. Ambiental	R\$	9.600,00
WSIMON - Consultoria Contábil	R\$	57.440,00
Carlos A. Covre - Aluguel garagem agricultura	R\$	5.600,00
Albiano - Sinal de TV	R\$	6.360,00
E&L	R\$	192.800,00
Sérgio - Aluguel Assis. Social	R\$	6.304,00
JM Engenharia	R\$	68.000,00
Goutierre Jastrow - Aluguel Assist.	R\$	6.304,00
ATST - Seg. Trabalho RH	R\$	5.280,00



Ronaldo Becalli - Aluguel Galpão do Lixão	R\$	7.040,00
INFORGRAPH - Xerox	R\$	12.472,00
ITASIS - Internet	R\$	14.780,00
IMPACT - Layout Site	R\$	4.800,00
ACITA	R\$	2.400,00
Wagner Chiabai - Aluguel creche Rizzi	R\$	13.600,00
AMBIENTAL	R\$	168.000,00
Carlos A. Covre - Aluguel CREAS	R\$	6.400,00
Pestalozzi - Convênio	R\$	35.462,16
DM Locações (Xerox)	R\$	22.360,00
Associação de catadores	R\$	19.200,00
Ronaldo Castelo (Aluguel)	R\$	4.800,00
Especialista em alergia (decisão judicial)	R\$	4.880,00
INFORGRAPH (xerox) - FMS	R\$	3.396,00
ITASIS (Internet) - FMS	R\$	6.000,00
E&L - FMS	R\$	28.000,00
Condoeste Rateio	R\$	8.000,00
Condoeste Serviço de lixo hospitalar	R\$	16.258,40
TOTAL	R\$	766.896,56

DESPESAS ESTIMADAS			
Fraldas	R\$	24.000,00	
Farmácia ABC FARMA	R\$	240.000,00	
Medicamento Farm. Básica	R\$	320.000,00	
Combustível	R\$	1.008.000,00	
Oficinas (Peças e Serviços)	R\$	400.000,00	
Material de construção	R\$	280.000,00	
Diárias	R\$	96.000,00	
Telefones	R\$	52.800,00	
Escelsa	R\$	352.000,00	
Locação de veiculos	R\$	144.000,00	
Lavagem e lubrificação	R\$	32.000,00	
Pneus novos	R\$	40.000,00	
Papelaria	R\$	8.000,00	
Material de limpeza	R\$	16.000,00	
Material gráfico	R\$	8.000,00	
Cesta Básica	R\$	21.600,00	



TOTAL	R\$	3.042.400,00
-------	-----	--------------

FOLHA E ENCARGOS			
FOLHA E ENCARGOS - PM	R\$	3.600.000,00	
FOLHA E ENCARGOS - FMS	R\$	2.000.000,00	
TOTAL	R\$	5.600.000,00	

DESPESAS FIXAS			
FMATRI	R\$	1.043.000,00	
CÂMARA	R\$	793.086,84	
Parcelamento INSS / Juros e Multa	R\$	539.000,00	
Parcelamento PASEP	R\$	26.600,00	
PASEP Mensal	R\$	196.000,00	
CIM PEDRA AZUL	R\$	175.000,00	
TOTAL	R\$	2.772.686,84	

Considerando os dados acima demonstrados, sendo estes meramente estimados, projetamos abaixo um demonstrativo de disponibilidade de caixa, somada a previsão de receita, subtraindo as despesas estimadas do período:

SALDO DISPONÍVEL	R\$	1.138.597,00	
PREVISÃO DE RECEITA	R\$10.500.000,00		
DESPESAS ESTIMADAS	-R\$	9.409.296,56	
DESPESAS FIXAS	-R\$	2.772.686,84	
CONTRA PARTIDA DO CAMPO	-R\$	132.406,06	
		_	
DÈFICIT FINANCEIRO	-R\$	675.792,46	

Observando a tabela acima, vislumbramos o dever de orientar e refrisar que sejam adotadas medidas saneadoras, pois conforme demonstrado inocorrendo substancial providencias para diminuição das despesas estimadas, há o potencial risco de um déficit financeiro. Sendo assim sugerimos a Vossa Excelência que se atente para:

- Não assumir obrigações sem financeiro;
- Umitar empenhos considerando que a meta de arrecadação não se concretize;



- Ter prudência na geração de despesas de caráter continuado, principalmente para os serviços considerados essenciais (que não podem sofrer interrupções);
- Considerar a baixa arrecadação própria se atentando quanto aos recursos de transferências do Estado e da União que poderão não chegar dentro do exercício.

Assim sendo, defendemos a necessidade de se <u>efetivar</u> medidas concretas, o **mais urgente possível**, para que se possa conseguir o equilíbrio das contas assegurando um encerramento de exercício sem *déficits*.

É o Relatório.

Com cópia para a Secretária Municipal de Administração e Finanças – SEMAF.

Itarana, 23 de junho de 2016.

Adjar Fabiano De Martin Controlador Interno

Flávia Colombo Dal'Col Auditora Pública Interna CRC: ES-020602/0